

Apresentação de Edição

Editorial

** André Luis Carneiro Buna**

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Editor-chefe da Agenda Política.

Email: andrebuna@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8325-8926>

** Cristiano Parra Duarte**

Doutorando e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Editor-chefe da Agenda Política.

Email: crparraduarte@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0924-4573>

** Leone Santos Alexandre**

Doutorando e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Editor-chefe da Agenda Política.

Email: alexandre.s.leone@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7773-1392>

** Maycon Leandro da Conceição**

Doutor e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Editor-chefe da Agenda Política.

Email: mayconleandro819@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8675-5775>

Prezadas leitoras e prezados leitores,

A equipe editorial da Agenda Política apresenta o número 2, volume 12, de 2024. A edição é composta por cinco artigos do Dossiê Temático intitulado **Balanço das eleições 2022**- organizado por Nara Pavão (UFPE) e Marcelle Amaral (UFPE). Além do dossiê temático, a edição conta com um artigo na seção Agenda da Ciência Política, de autoria de Yasmin Aparecida Camillo Barra Nova de Melo e Sylvia Iasulaitis, cinco artigos da seção Temas Livres e uma Entrevista com o professor e



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

pesquisador Rogério Arantes do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP).

1 Apresentação da Edição

O tema desta edição abarca diálogos acerca da **Balanço das eleições 2022**. Os artigos selecionados apresentam diferentes facetas que formam os pilares do tema do dossiê, incluindo pesquisadores relevantes para o campo da Ciência Política e áreas correlacionadas.

Este dossiê tem como finalidade fazer um balanço das eleições de 2022 requer um novo olhar para o processo eleitoral. Pela primeira vez, dois presidentes, experimentados pelo eleitorado e amplamente conhecidos, pleitearam a presidência da República. Essas eleições ocorreram em um contexto marcado por altos níveis de animosidade e polarização política (Avritzer, 2023; Nunes; Traumann, 2023; Ortellado *et al.*, 2022).

Em consonância com o tema do dossiê temático, esta edição traz a **Entrevista com Rogério Bastos Arantes**, produzida por Murilo Calafati Pradella e André Luis Carneiro Buna, tendo como título **Crise, golpismo e reconfiguração no sistema político brasileiro**. Rogério Arantes é docente da Universidade de São Paulo (USP) e professor vinculado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), pertencente ao Departamento de Ciência Política (DCP-USP). Formado integralmente pela USP — com graduação em Ciências Sociais (1990), mestrado (1994) e doutorado (2000) em Ciência Política —, dedica-se ao estudo das instituições políticas, com ênfase em constitucionalismo, democracia em perspectiva comparada, sistemas de justiça, corrupção e instituições de controle. Arantes possui vasta produção acadêmica nas áreas de instituições políticas, controles democráticos e Judiciário brasileiro. Nos últimos anos, tem direcionado seus estudos à compreensão do Poder Judiciário, dos mecanismos de controle democrático e dos desafios contemporâneos da democracia brasileira.

Na entrevista, Arantes analisa a transformação política do Brasil entre 2013 e 2024, destacando a crise de representação iniciada nas manifestações de 2013, a Operação Lava Jato e o avanço do bolsonarismo. Discute o enfraquecimento do presidencialismo de coalizão e a ascensão de um modelo de “maioria congressual”, no qual o Legislativo assume papel central na governabilidade. Aborda, ainda, os impactos institucionais do 8 de janeiro e o processo de reconstrução democrática em curso, trazendo, por fim, uma projeção da disputa eleitoral que se avizinha em 2026 e as dificuldades enfrentadas pelos chefes do Executivo na relação institucional com o Legislativo brasileiro.

O texto da seção Agenda da Ciência Política desta edição é das autoras Yasmin Aparecida Camillo Barra Nova de Melo e Sylvia Iasulaitis. O texto apresentado pelas autoras, intitulado **Accountability eleitoral no Brasil: uma análise longitudinal dos governos recentes**, propõe reflexões acerca dos indicadores de qualidade democrática e da *accountability* eleitoral, comparando os períodos pré e pós-impeachment e os mandatos de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro. Para tal, os dados obtidos pelo estudo de caráter longitudinal indicam que a precarização se tornou

muito mais acentuada no decorrer do governo de Bolsonaro, com significativo aumento no número de ataques a jornalistas e profissionais da área e, especialmente, com a ascensão de uma indústria da desinformação.

Na seção Temas Livres, cinco artigos inéditos são apresentados nesta edição. No artigo **Intersetorialidade e transversalidade no orçamento para a Economia Solidária: a lógica da própria solidariedade**, Caio Luis Chiariello e Sérgio Azevedo Fonseca analisam a Economia Solidária como promotora da atuação de trabalhadores de forma coletiva, formando empreendimentos para geração de trabalho, renda e cidadania. O trabalho aborda os aportes do Orçamento Federal para a Economia Solidária de 2004 a 2021, por meio de Programas e Ações Orçamentárias específicas, sob o prisma da intersetorialidade e transversalidade de várias unidades orçamentárias, em que os Programas e Ações orçamentárias foram arquitetados e cotizados por diferentes entes. Metodologicamente, o trabalho se alicerça em bases qualitativas e quantitativas, por meio de uma perspectiva exploratória e descritiva do objeto, com dados coletados a partir de análise documental. Os resultados apresentados pelos autores revelam que houve um esforço pela intersetorialidade e transversalidade entre unidades orçamentárias para viabilizar a disponibilização de recursos para a Economia Solidária.

Em **Federados como laboratório da federação: quando os federados mostram o caminho à federação**, Leonardo Inácio Nunes e Vladimir Brega Filho indagam em que medida as competências dos federados tiveram o potencial de ofertar saídas para o estado de exceção aberto pela pandemia da COVID-19 no Brasil. Tal problema de pesquisa se apresenta diante dos fatos da vida que desencadearam o cenário pandêmico decorrente do vírus SARS-CoV-2. Com isso, os autores argumentam que, sob o ponto de vista jurídico, o cerne está na investigação da forma federativa de Estado como mecanismo no ordenamento constituído pela CF/1988. Baseado em uma metodologia exploratória, com o auxílio do método indutivo, a partir da técnica de pesquisa bibliográfica qualitativa e da análise de decisões judiciais do STF, as conclusões são de que, no caso brasileiro, as competências dos entes federados foram freio e contrapeso para controle do caminho então tomado no combate à pandemia da COVID-19.

Já Weslei Leandro Quaresma Alves e Marilene de Souza Campos, no artigo **Compreensões de economia e sociedade no BNDES de Lula e de FHC: as perspectivas Gerencialista e Societal**, investigam como a gestão pública no governo de FHC e no governo Lula tomou rumos distintos e como muitas de suas políticas econômicas e sociais foram promovidas pelo BNDES. O trabalho questiona se o BNDES financiou a gestão de estratégias gerenciais, como as implementadas por FHC com a Nova Administração Pública, ou societais, com o desenvolvimentismo social de Lula, ou se um hibridismo dessas características teria existido no mandato de Lula, preservando traços gerenciais próprios do neoliberalismo. O artigo tem por objetivo verificar como o escopo do BNDES se realiza nos conteúdos temáticos das duas administrações, por meio de sua manifestação discursiva. O levantamento de dados é feito a partir de três categorias: Infraestrutura, Microcrédito e Educação, identificadas em dois relatórios anuais do BNDES: um referente ao ano de 2000, no mandato de FHC, e outro de 2004, no governo Lula. Os achados revelam que as manifestações discursivas dos relatórios

do BNDES foram construídas sobre os ideais e diretrizes da gestão gerencial, baseadas em uma política de continuidade ao movimento neoliberal de reestruturação do Estado, apesar de, no governo Lula, se misturarem à perspectiva desenvolvimentista e social. Com isso, os autores concluíram que o BNDES, na gestão de Lula, preservou características neoliberais e gerenciais, combinando-as à gestão societal.

O quarto artigo **O processo de descentralização política e a democracia participativa na América Latina**, Stephani dos Santos analisa como a descentralização ocorrida na América Latina é vista como um pressuposto democrático e uma das reformas de Estado que possibilitou a democracia participativa na região. A pesquisa, de cunho exploratório, objetiva discutir o processo de descentralização política na América Latina como um pressuposto democrático e sua relação com a democracia participativa na região. A autora conclui que o processo de descentralização política pode contribuir para a participação da sociedade civil; todavia, indica que outros fatores contextuais e as próprias falhas da descentralização dificultam a participação efetiva.

Por fim, no artigo **Estabelecendo identidades: a importância da renda e da raça nas eleições presidenciais**, Ulisses Matheus Braga de Freitas Melo analisa a influência da renda e da raça no comportamento eleitoral brasileiro nas eleições presidenciais de 2002, 2010, 2014, 2018 e 2022. Nesse sentido, o autor toma como objeto de análise os Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB) e os modelos de regressão de mínimos quadrados ordinários (MQO) e *logit binomial* (BNL), tendo como foco as categorias de escolaridade, região, idade, religião e sexo. Os dados observados da pesquisa indicam que a renda está negativamente associada ao voto no Partido dos Trabalhadores (PT), especialmente entre eleitores pardos, enquanto pretos mantêm apoio consistente ao partido em todas as faixas de renda desde 2010.

2 Referências

AVRITZER, L. Eleições e Democracia. In AVRITZER, L; SANTANA, E; BRAGATTO, R. (eds.), **Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil**. Belo Horizonte, Brazil: Autêntica Editora, 2023.

NUNES, F; TRAUMANN, T. A eleição que calcificou o país. In AVRITZER, L; SANTANA, E; BRAGATTO, R. (eds.), **Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil**. Belo Horizonte, Brazil: Autêntica Editora, 2023.

ORTELLADO, P; RIBEIRO, M; ZEINE, L. Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. **Opinião Pública**, 28 (1), p.62–91, 2022.